

PRIMEIRO ADITAMENTO À ESCRITURA DA 7ª EMISSÃO PÚBLICA DE
DEBÊNTURES NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES DA ESPÉCIE
QUIROGRAFÁRIA DE AÇOS VILLARES S.A.

Pelo presente instrumento particular,

I. - De um lado:

AÇOS VILLARES S.A., companhia aberta com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Maria Coelho de Aguiar, 215, Bloco A, 5º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 60.664.810/0001-74, neste ato representada na forma do seu estatuto social ("Emissora");

II. - E, de outro lado:

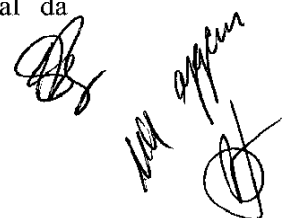
PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS, instituição financeira com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, 4.200, Bloco 04, Sala 514, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 17.343.682/0001-38, neste ato representada na forma de seu estatuto social ("Agente Fiduciário"), representando a comunhão dos debenturistas da 7ª emissão de debêntures da Emissora ("Debenturistas"), sendo a Emissora e o Agente Fiduciário doravante denominados "Partes";

CONSIDERANDO que houve a conclusão do procedimento de coleta de intenções de investimento conduzido pelos Coordenadores (conforme definido abaixo) e que a taxa da Remuneração das Debêntures foi aprovada pelo conselho de administração da Emissora em reunião realizada em 27 de setembro de 2005;

resolvem aditar e re-ratificar a "Escritura da 7ª Emissão de Debêntures Não Conversíveis em Ações da Espécie Quirografária de Aços Villares S.A.", que, nos termos deste "Primeiro Aditamento à Escritura da 7ª Emissão de Debêntures Não Conversíveis em Ações da Espécie Quirografária de Aços Villares S.A." (respectivamente, "Escritura de Emissão", "Emissão" e "Debêntures"), passa, para todos os fins de direito, a constar com as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA I
AUTORIZAÇÃO

1.1. - Esta Escritura de Emissão é celebrada de acordo com as deliberações (a) da Reunião Conjunta do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal da



Emissora, realizada em 21 de julho de 2005 (“RCACF”); (b) da Assembléia Geral Extraordinária da Emissora, realizada em 15 de agosto de 2005 (“AGE”); e (c) da Reunião do Conselho de Administração da Emissora, realizada em 27 de setembro de 2005 (“RCA”).

CLÁUSULA II REQUISITOS

2.1. - REGISTRO NA COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS E ANBID

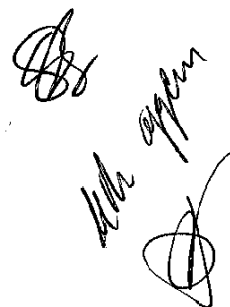
2.1.1. - A oferta pública das Debêntures será registrada (i) na Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), na forma prevista na Lei n.º 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada, na Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“Lei das Sociedades por Ações”), na Instrução CVM n.º 400, de 29 de dezembro de 2003 (“Instrução CVM n.º 400/03”) e nas demais disposições legais e regulamentares pertinentes; e (ii) na Associação Nacional dos Bancos de Investimento – ANBID (“ANBID”), no prazo de 15 (quinze) dias a contar da data de concessão do respectivo registro na CVM, em atendimento ao termo 22 do Código de Auto-Regulação da ANBID para as Ofertas Públicas de Títulos e Valores Mobiliários de 16 de janeiro de 2002 (“Código ANBID”).

2.2. - ARQUIVAMENTO E PUBLICAÇÃO DOS ATOS SOCIETÁRIOS

2.2.1. - A ata da (a) RCACF foi registrada na Junta Comercial do Estado de São Paulo (“JUCESP”) sob o n.º 218.580/05-8 e publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo e no jornal “Valor Econômico”, em 22 de julho de 2005; (b) da AGE foi registrada na JUCESP sob o n.º 236.871/05-5 e publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo e no jornal “Valor Econômico”, em 16 de agosto de 2005; e (c) RCA será registrada na JUCESP e publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo e no jornal “Valor Econômico”, nos termos da Lei das Sociedades por Ações.

2.3. - INSCRIÇÃO DESTA ESCRITURA DE EMISSÃO

2.3.1. - Esta Escritura de Emissão será inscrita na JUCESP para posterior emissão de registro da Emissão pela CVM, de acordo com o disposto no artigo 62, inciso II, da Lei das Sociedades por Ações.



2.4. - REGISTRO PARA DISTRIBUIÇÃO NO MERCADO PRIMÁRIO

2.4.1. A Emissão será registrada para distribuição no mercado primário por meio do Sistema de Distribuição de Títulos (“SDT”), sendo a liquidação operacionalizada pela Câmara de Custódia e Liquidação (“CETIP”).

2.5. - REGISTRO PARA NEGOCIAÇÃO NO MERCADO SECUNDÁRIO

2.5.1. A Emissão será registrada para negociação no mercado secundário por meio do Sistema Nacional de Debêntures (“SND”), sendo os negócios liquidados e as Debêntures custodiadas na CETIP.

CLÁUSULA III OBJETO SOCIAL DA EMISSORA

3.1. - A Emissora tem por objeto social a exploração da indústria e do comércio, inclusive por representação, importação e exportação, de aço, ferro e produtos correlatos, podendo, ainda, participar em outras empresas e consórcios industriais.

CLÁUSULA IV CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO

4.1. - DESTINAÇÃO DOS RECURSOS

4.1.1. - Os recursos líquidos obtidos por meio da Emissão serão utilizados para alongamento do perfil do passivo financeiro da Emissora, conforme descrito no Prospecto Definitivo (conforme definido abaixo).

4.2. - NÚMERO DA EMISSÃO


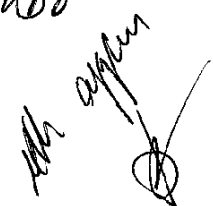
4.2.1. - As Debêntures representam a 7ª (sétima) emissão de debêntures da Emissora.

4.3. - VALOR TOTAL DA EMISSÃO

4.3.1. - O valor total da Emissão será de R\$285.000.000,00 (duzentos e oitenta e cinco milhões de reais), na Data de Emissão (conforme definido abaixo).

4.4. - QUANTIDADE DE DEBÊNTURES

4.4.1. - Serão emitidas 28.500 (vinte e oito mil e quinhentas) Debêntures.

4.5. - VALOR NOMINAL DAS DEBÊNTURES

4.5.1. - O valor nominal unitário das Debêntures, na Data de Emissão, será de R\$10.000,00 (dez mil reais) ("Valor Nominal Unitário").

4.6. - SÉRIES

4.6.1. - A Emissão será realizada em série única.

4.7. - CONVERSIBILIDADE E FORMA

4.7.1. - As Debêntures serão simples, não conversíveis em ações, e terão a forma nominativa escritural.

4.7.2. - Não serão emitidos cautelares ou certificados representativos das Debêntures. Para todos os fins e efeitos, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato emitido pelo Banco Mandatário e Escriturador (conforme definido abaixo). Adicionalmente, será reconhecido como comprovante de titularidade das Debêntures o relatório de posição de ativos expedido pelo SND, acompanhado de extrato em nome do Debenturista, emitido pela instituição financeira responsável pela custódia desses títulos quando depositados na CETIP.

4.8. - ESPÉCIE E LIMITE DE EMISSÃO

4.8.1. - As Debêntures serão da espécie quirografária (sem preferência).

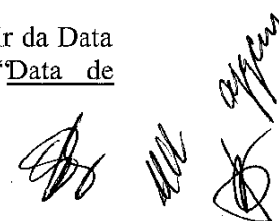
4.8.2. - A Emissão atende aos limites previstos no artigo 60 da Lei das Sociedades por Ações, uma vez que, nesta data, o capital social integralizado da Emissora é de R\$288.104.000,00 (duzentos e oitenta e oito milhões, cento e quatro mil reais), sendo, portanto, superior ao valor da Emissão.

4.9. - DATA DE EMISSÃO

4.9.1. - Para todos os fins e efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será 1º de setembro de 2005 ("Data de Emissão").

4.10. - PRAZO E DATA DE VENCIMENTO

4.10.1. - O prazo das Debêntures é de 5 (cinco) anos, contados a partir da Data de Emissão, vencendo, portanto, em 1º de setembro de 2010 ("Data de



Vencimento”). Na Data de Vencimento, será pago o montante remanescente do Valor Nominal Unitário das Debêntures juntamente com a Remuneração (conforme definido abaixo) devida à época.

4.11. - COLOCAÇÃO E PROCEDIMENTO DE DISTRIBUIÇÃO

4.11.1. - As Debêntures serão objeto de distribuição pública, sob regime de garantia firme para a totalidade das Debêntures, com a intermediação de instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários (“Coordenadores”), para colocação, no mercado primário, por meio do SDT, operacionalizado pela CETIP, não existindo reservas antecipadas, lotes mínimos ou máximos, devendo a distribuição ser efetivada de acordo com o resultado do procedimento de *bookbuilding* a que se refere a Cláusula 4.15.2 abaixo.

4.11.2. - A distribuição pública das Debêntures somente terá início após a concessão do registro da Emissão pela CVM, a publicação do anúncio de início de distribuição e a disponibilização do prospecto definitivo da Emissão (“Prospecto Definitivo” e, em conjunto, com o prospecto preliminar da Emissão, “Prospectos”), nos termos da Instrução CVM n.º 400/03.

4.12. - FORMA DE SUBSCRIÇÃO E DE INTEGRALIZAÇÃO

4.12.1. - As Debêntures serão subscritas pelo seu Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a data da efetiva integralização.

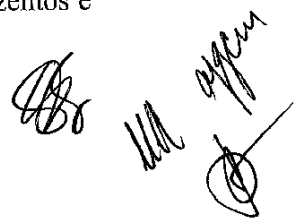
4.12.2. - As Debêntures serão integralizadas à vista, no ato da subscrição, em moeda corrente nacional, segundo os critérios de liquidação financeira da CETIP e/ou na sede da Emissora, ou, ainda, por meio de instituição financeira contratada.

4.13. - NEGOCIAÇÃO

4.13.1. - No mercado secundário, as Debêntures serão admitidas à negociação no SND, sendo os negócios liquidados na CETIP. As Debêntures submeter-se-ão às regras e controles de compensação e liquidação da CETIP.

4.14. - AMORTIZAÇÃO DO VALOR NOMINAL UNITÁRIO

4.14.1 - O Valor Nominal Unitário de todas as Debêntures será pago em 8 (oito) parcelas iguais, trimestrais e sucessivas de R\$1.250,00 (um mil, duzentos e



cinquenta reais) cada uma, ocorrendo o primeiro pagamento em 1º de dezembro de 2008 e o último, na Data de Vencimento.

4.15. - REMUNERAÇÃO DAS DEBÊNTURES

4.15.1. - Sobre o saldo do Valor Nominal Unitário de todas as Debêntures incidirão juros remuneratórios equivalentes a 104,5% (cento e quatro inteiros e cinco décimos por cento) (definido em procedimento de *bookbuilding*, nos termos da Cláusula 4.15.2. abaixo) da variação da taxa média dos depósitos interfinanceiros de um dia, “over” extra grupo, expressa na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias, calculada e divulgada pela CETIP (“Taxa DI”), no Informativo Diário, disponível em sua página na *Internet* (<http://www.cetip.com.br>) e no jornal “Valor Econômico”, edição nacional, ou na falta deste, em outro jornal de grande circulação, de acordo com a fórmula abaixo:

$$J = VN \times (\text{Fator DI} - 1)$$

onde:

J = valor da remuneração, devida no final de cada Período de Capitalização (conforme definido abaixo), calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

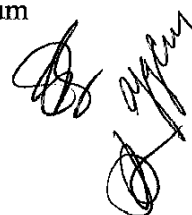
VN = saldo do Valor Nominal Unitário da Debênture no início de cada Período de Capitalização, informado/calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

Fator DI = Produtório das taxas DI Over com uso de percentual aplicado a partir da data de início de capitalização, inclusive, até a Data de Pagamento da Remuneração (conforme definido abaixo), exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$\text{Fator DI} = \prod_{k=1}^n \left(1 + \text{TDI}_k \times \frac{p}{100} \right)$$

Onde:

n = número total de taxas DI Over consideradas na anualização, sendo “n” um número inteiro;



p = percentual aplicado sobre a taxa DI Over, informado com 2 (duas) casas decimais;

TDI_k = Taxa DI Over, expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais com arredondamento, sendo

$$TDI_k = \left(\frac{DI_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1$$

onde:

$k = 1, 2, \dots, n$

DI_k = Taxa DI Over divulgada pela CETIP, válida por 1 (um) dia útil (*overnight*), utilizada com 2 (duas) casas decimais;

OBSERVAÇÕES:

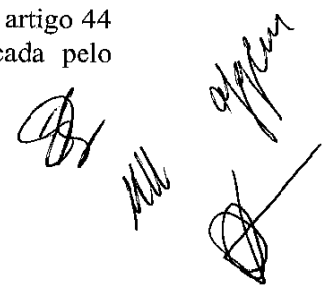
O fator resultante da expressão $\left(1 + TDI_k \times \frac{p}{100} \right)$ é considerado com 16 (dezesesseis) casas decimais, sem arredondamento.

Efetua-se o produtório dos fatores diários $\left(1 + TDI_k \times \frac{p}{100} \right)$, sendo que a cada fator diário acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado.

Uma vez os fatores estando acumulados, considera-se o fator resultante “Fator DI” com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento.

A Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pela entidade responsável pelo seu cálculo.

4.15.2. - Para definição da Remuneração, foi adotado o procedimento de *bookbuilding*, organizado pelos Coordenadores por meio da coleta de intenções de investimento, sem recebimento de reservas, sendo tal procedimento realizado e a Remuneração divulgada nos termos dos artigos 23, parágrafos 1º e 2º, e do artigo 44 da Instrução CVM n.º 400/03. A Remuneração foi aprovada e ratificada pelo conselho de administração da Emissora.

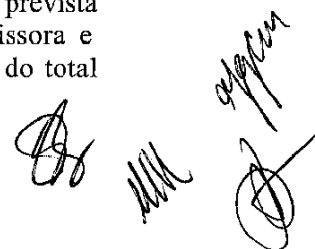


4.15.3. - A Remuneração das Debêntures será paga trimestralmente, a partir da Data de Emissão (cada data de pagamento da Remuneração, uma “Data de Pagamento da Remuneração”), ocorrendo o primeiro pagamento em 1º de dezembro de 2005 e, o último, na Data de Vencimento. Farão jus à Remuneração os titulares das Debêntures ao final do 1º (primeiro) dia útil anterior a cada Data de Pagamento da Remuneração.

4.15.4. - Para os fins desta Escritura de Emissão, “Período de Capitalização” significa o intervalo de tempo que se inicia na Data de Emissão, inclusive, no caso do primeiro Período de Capitalização, ou na Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, inclusive, no caso dos demais Períodos de Capitalização, e termina na Data de Pagamento da Remuneração seguinte, exclusive. Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade, até a Data de Vencimento.

4.15.5. - Se, na data de vencimento de quaisquer pagamentos relativos às Debêntures previstos nesta Escritura de Emissão, não houver divulgação da Taxa DI pela CETIP, será aplicada a última Taxa DI divulgada oficialmente, não sendo devida nenhuma compensação entre a Emissora e os Debenturistas quando da divulgação posterior da Taxa DI que seria aplicável. Se a não-divulgação da Taxa DI for superior ao prazo de 10 (dez) dias consecutivos da data esperada para a sua divulgação, ou em caso de extinção da Taxa DI ou de impossibilidade de aplicação da Taxa DI por imposição legal ou determinação judicial, aplicar-se-á o disposto abaixo quanto à definição do novo parâmetro de Remuneração das Debêntures.

4.15.6. - Em caso de ausência da apuração e/ou divulgação da Taxa DI por mais de 10 (dez) dias consecutivos da data esperada para a sua divulgação, ou em caso de extinção da Taxa DI ou de impossibilidade de aplicação da Taxa DI por imposição legal ou determinação judicial, o Agente Fiduciário deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias contados da data do evento, conforme previsto acima, convocar Assembléia de Debenturistas para a deliberação, de comum acordo com a Emissora, observada a regulamentação aplicável, do novo parâmetro de Remuneração das Debêntures a ser proposto pela Emissora. Até que esse novo parâmetro seja estabelecido de comum acordo com a Emissora na Assembléia de Debenturistas a que se refere esta Cláusula, será utilizada, para o cálculo do valor de quaisquer obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI divulgada oficialmente, observado o percentual da Taxa DI aplicável, calculada *pro rata temporis*, até a data da deliberação da Assembléia de Debenturistas. Caso, durante a Assembléia de Debenturistas prevista nesta Cláusula não haja acordo sobre a nova Remuneração entre a Emissora e Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) do total



das Debêntures em circulação (ainda que em decorrência da falta de quorum para deliberação sobre a matéria), a Emissora obriga-se a adquirir ou resgatar a totalidade das Debêntures em circulação, no prazo de até 30 (trinta) dias, contados da data da realização da respectiva Assembléia de Debenturistas, pelo saldo do Valor Nominal Unitário de todas as Debêntures em circulação, acrescido da Remuneração devida até a data da efetiva aquisição ou resgate, calculada *pro rata temporis* a partir da Data de Emissão ou da última Data de Pagamento da Remuneração, o que ocorrer por último. Para fins de cálculo da Remuneração aplicável às Debêntures a serem adquiridas nos termos desta Cláusula, para cada dia do período em que ocorra a ausência de taxas, será utilizada a última Taxa DI divulgada oficialmente, observado o percentual da Taxa DI aplicável. A aquisição ou o resgate a que se refere esta Cláusula não será acrescido de prêmio de qualquer natureza.

4.16. - REPACTUAÇÃO

4.16.1. - Sem prejuízo do disposto nas demais cláusulas desta Escritura de Emissão, não haverá repactuação das Debêntures.

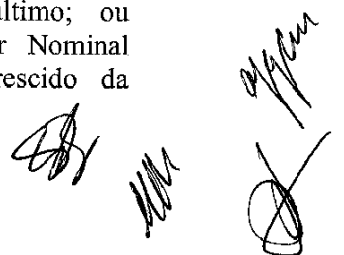
4.17. - AMORTIZAÇÃO ANTECIPADA FACULTATIVA

4.17.1. - A partir de 1º de dezembro de 2008 ("Data de Início do Período de Amortização"), somente em cada Data de Pagamento da Remuneração ("Data da Amortização Antecipada Facultativa"), a Emissora poderá promover a amortização antecipada, total ou parcial, de todas as Debêntures em circulação, mediante:

(a) publicação de aviso nos termos da Cláusula 4.25.1. abaixo com antecedência de, no mínimo, 15 (quinze) dias da data do evento, informando (i) a Data da Amortização Antecipada Facultativa; (ii) o tipo de amortização, se total ou parcial; (iii) no caso de amortização parcial, o valor do principal objeto da amortização; e (iv) quaisquer outras informações necessárias ao evento; e

(b) pagamento:

- (i) no caso de (1) amortização total, do saldo do Valor Nominal Unitário de todas as Debêntures em circulação, acrescido da Remuneração devida até a Data da Amortização Antecipada Facultativa, calculada *pro rata temporis* a partir da Data de Emissão ou da última Data de Pagamento da Remuneração, o que ocorrer por último; ou (2) amortização parcial, da parcela do saldo do Valor Nominal Unitário de todas as Debêntures em circulação, acrescido da



Remuneração devida sobre o saldo total do Valor Nominal Unitário até a Data da Amortização Antecipada Facultativa, calculada *pro rata temporis* a partir da Data de Emissão ou da última Data de Pagamento da Remuneração, o que ocorrer por último; e

- (ii) de um prêmio de amortização correspondente à multiplicação de (1) 0,50% (cinquenta centésimos de um por cento) pelo (2) resultado da divisão do (2.1) número de dias úteis entre a respectiva Data do Resgate Antecipado Facultativo e a Data de Vencimento pelo (2.2) número de dias úteis contados da Data de Início do Período da Amortização até a Data de Vencimento, conforme descrito na fórmula abaixo.

$$P = \left(0,50 \% \times \frac{d}{D} \right)$$

Onde:

P = prêmio a ser pago em valor percentual sobre o valor da amortização antecipada;

d = número de dias úteis entre a respectiva Data da Amortização Antecipada Facultativa e a Data de Vencimento; e

D = número de dias úteis entre a Data de Início do Período da Amortização e a Data de Vencimento.

4.18. - AQUISIÇÃO FACULTATIVA

4.18.1. - A Emissora poderá, a qualquer tempo, adquirir Debêntures em circulação, por preço não superior ao saldo do Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração aplicável até a data da aquisição, calculada *pro rata temporis*, desde a Data da Emissão ou da última Data de Pagamento da Remuneração, observado o disposto no artigo 55, parágrafo 2º, da Lei das Sociedades por Ações. As Debêntures objeto de aquisição facultativa poderão ser canceladas, permanecer em tesouraria ou ser novamente colocadas no mercado. As Debêntures adquiridas pela Emissora para permanência em tesouraria nos termos desta Cláusula, quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma Remuneração das demais Debêntures em circulação.



4.19. - FUNDO DE MANUTENÇÃO DE LIQUIDEZ

4.19.1. - Não será constituído fundo de manutenção de liquidez das Debêntures.

4.20. - PRORROGAÇÃO DOS PRAZOS

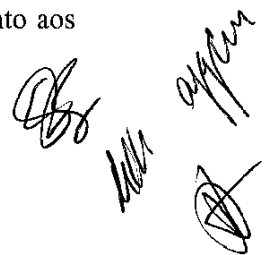
4.20.1. - Considerar-se-ão automaticamente prorrogados os prazos para pagamento de qualquer obrigação prevista ou decorrente desta Escritura de Emissão, até o primeiro dia útil subsequente, sem acréscimo de juros ou de Encargos Moratórios aos valores a serem pagos, quando a data de pagamento coincidir com feriado nacional ou feriado no município da sede da Emissora, sábado ou domingo, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados pela CETIP, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento coincidir com feriados bancários nacionais, sábados ou domingos.

4.21. - ENCARGOS MORATÓRIOS

4.21.1. - Ocorrendo impontualidade no pagamento pela Emissora, de qualquer quantia relativa às Debêntures, os débitos vencidos e não pagos pela Emissora ficarão, desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, sujeitos a: (i) multa não compensatória de 2% (dois por cento); (ii) juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês calculados *pro rata temporis* e linearmente; e (iii) incidência da Remuneração, calculada *pro rata temporis*, desde a data em que o pagamento era devido até a data do efetivo pagamento pela Emissora (“Encargos Moratórios”).

4.22. - DECADÊNCIA DO DIREITO AOS ACRÉSCIMOS

4.22.1. - O não comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a qualquer das obrigações pecuniárias devidas pela Emissora, nas datas previstas nesta Escritura de Emissão ou em comunicado publicado pela Emissora, ou, caso o Debenturista esteja vinculado ao SND, a impossibilidade de efetuar pagamentos a tal Debenturista nas datas previstas nesta Escritura de Emissão ou em comunicado publicado pela Emissora por fato atribuível exclusivamente a tal Debenturista, não dará a tal Debenturista o direito ao recebimento de Remuneração e/ou Encargos Moratórios no período relativo ao atraso no recebimento, sendo-lhe todavia, assegurados os direitos adquiridos até a data do respectivo pagamento aos demais Debenturistas.



4.23. - LOCAL DE PAGAMENTO

4.23.1. - Os pagamentos a que fizerem jus as Debêntures serão efetuados utilizando-se, conforme o caso, (i) os procedimentos adotados pela CETIP, para as Debêntures registradas no SND; ou (ii) no caso de titulares de Debêntures que não estejam vinculados a tais sistemas, pelo Banco Mandatário e Escriturador, mediante depósito em contas-correntes indicadas pelos Debenturistas.

4.24. - IMUNIDADE TRIBUTÁRIA

4.24.1 - Caso qualquer Debenturista goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, este deverá encaminhar ao Banco Mandatário e Escriturador, no prazo mínimo de 10 (dez) dias úteis antes da data prevista para recebimento de valores relativos às Debêntures, documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção tributária, sob pena de ter descontado dos seus rendimentos os valores devidos nos termos da legislação tributária em vigor.

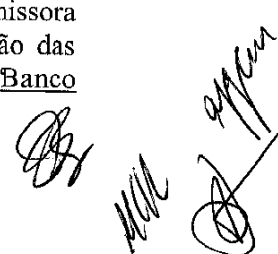
4.25. - PUBLICIDADE

4.25.1. - Todos os atos e decisões que vierem, de qualquer forma, a envolver interesses dos Debenturistas, serão veiculados, na forma de avisos, no Diário Oficial do Estado de São Paulo, no jornal “Valor Econômico” e por meio do *site* da Emissora na *Internet* (www.villares.com.br), sempre imediatamente após a ciência do fato a ser divulgado, devendo os prazos para manifestação dos Debenturistas, caso seja necessário, obedecer ao disposto na legislação em vigor, nesta Escritura de Emissão ou, na falta de disposição expressa, o mínimo de 10 (dez) dias úteis contados da data da última publicação do aviso.

4.25.2. - A Emissora poderá alterar os jornais em que atualmente publica seus atos societários e eventuais atos e decisões que vierem, de qualquer forma, a envolver interesses dos Debenturistas nos termos da Cláusula 4.25.1. acima, por outros jornais de grande circulação, mediante comunicação por escrito ao Agente Fiduciário e a publicação, na forma de aviso, no Diário Oficial do Estado de São Paulo e no jornal “Valor Econômico”, notificando os Debenturistas de tal decisão.

4.26. - BANCO MANDATÁRIO E ESCRITURADOR

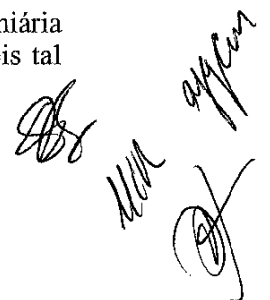
4.26.1. - O Banco Itaú S.A. será o banco mandatário e escriturador da Emissora perante as entidades administradoras de mercado secundário para negociação das Debêntures e também a instituição escrituradora das Debêntures (“Banco Mandatário e Escriturador”).



4.27. - VENCIMENTO ANTECIPADO

4.27.1. - Observado o disposto nas Cláusulas 4.27.2., 4.27.3. e 4.27.4. abaixo, o Agente Fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações relativas às Debêntures e exigir o imediato pagamento, pela Emissora, do saldo do Valor Nominal Unitário de todas as Debêntures em circulação, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis*, até a data do seu efetivo pagamento desde a Data de Emissão ou a data do último pagamento da Remuneração, o que ocorrer por último (e, no caso da alínea(d) abaixo, quando se referir a qualquer pagamento relativos às Debêntures, dos Encargos Moratórios, calculados desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento), independentemente de qualquer aviso, interpelação ou notificação judicial ou extrajudicial à Emissora, na ocorrência de quaisquer dos seguintes eventos:

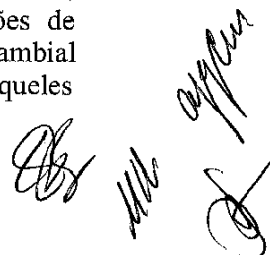
- (a) decretação de falência, pedido de falência não elidido no prazo legal ou pedido de auto-falência, assim como o pedido ou início de processo de recuperação judicial ou extrajudicial, da Emissora ou de qualquer controlada direta da Emissora, ou ainda, em se tratando de qualquer controlada indireta da Emissora, quando afete ou possa afetar a capacidade da Emissora de cumprir com as obrigações previstas nesta Escritura de Emissão;
- (b) protesto legítimo de títulos contra a Emissora, ainda que na condição de garantidora, cujo valor individual ou agregado devido e não pago ultrapasse R\$15.000.000,00 (quinze milhões de reais) (atualizado anualmente, a partir da Data de Emissão, pela variação do Índice Geral de Preços de Mercado, calculado e publicado pela Fundação Getúlio Vargas (“IGPM/FGV”)) salvo se, no prazo de até 7 (sete) dias úteis contados da data do protesto, a Emissora venha a comprovar que tal protesto (i) tenha sido efetuado por erro ou má-fé de terceiros; (ii) tenha sido cancelado; ou (iii) tiver sua exigibilidade suspensa por decisão judicial;
- (c) declaração de vencimento antecipado ou inadimplemento de qualquer obrigação pecuniária da Emissora cujo valor individual ou agregado seja igual ou superior a R\$15.000.000,00 (quinze milhões de reais) (atualizado anualmente, a partir da Data de Emissão, pela variação do IGPM/FGV) ou equivalente em outras moedas;
- (d) descumprimento, pela Emissora, de qualquer obrigação pecuniária relacionada à Emissão, salvo se no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis tal descumprimento seja sanado pela Emissora;



- (e) descumprimento, pela Emissora, de qualquer obrigação não-pecuniária relacionada à Emissão assumida nesta Escritura de Emissão, no Contrato de Coordenação, Colocação e Distribuição Pública de Debêntures Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária da Emissão, que será celebrado entre a Emissora e os Coordenadores (“Contrato de Distribuição”), salvo se no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis da data do recebimento, pela Emissora, de notificação enviada pelo Agente Fiduciário, tal descumprimento seja sanado pela Emissora, sendo que o prazo previsto nesta alínea não se aplica a qualquer outra alínea ou a qualquer outra hipótese de inadimplemento prevista expressamente nas demais alíneas desta Cláusula;
- (f) redução de capital social da Emissora, exceto se tal redução de capital social da Emissora for previamente autorizada pelos Debenturistas, nos termos do artigo 174, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações e da Cláusula 7.6. abaixo;
- (g) não-manutenção dos seguintes índices financeiros, apurados trimestralmente com base nas demonstrações financeiras consolidadas da Emissora relativas a 30 de setembro e 31 de dezembro de 2004 e 31 de março e 30 de junho, de 2005 e os trimestres então findos, feita a anualização, quando aplicável, mediante a soma do trimestre em questão com os três trimestres imediatamente anteriores (“Índices e Limites Financeiros”):
 - (i) O índice obtido da divisão da Dívida Líquida pelo EBITDA (conforme definidos abaixo) não deverá ser superior a 2,5 (dois inteiros e cinco décimos).

Onde:

“Dívida Líquida” significa o valor calculado em bases consolidadas igual à soma do passivo junto a instituições financeiras e demais credores financeiros, dos títulos e valores mobiliários representativos de dívida emitidos pela Emissora, bem como dos mútuos com partes relacionadas e do saldo líquido de operações de derivativos (passivos menos ativos de operações com derivativos) excluída a variação cambial que vier a incidir sobre os passivos de longo prazo (assim entendidos aqueles com prazo superior a 360 (trezentos e sessenta) dias) a partir da Data de Emissão; *diminuído* das disponibilidades financeiras (caixa, bancos, aplicações de liquidez imediata e títulos e valores mobiliários) excluída a variação cambial que vier a incidir sobre os ativos de longo prazo (assim entendidos aqueles



com prazo superior a 360 (trezentos e sessenta) dias) a partir da Data de Emissão.

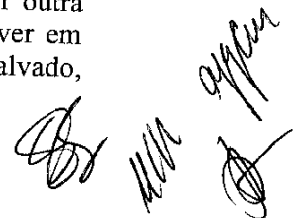
“EBITDA” significa o valor calculado em bases consolidadas igual ao lucro ou prejuízo líquido da Emissora, relativo a um período de doze meses (calculado nos termos do *caput* desta alínea), antes da contribuição social e imposto de renda, *diminuído* das receitas financeiras, das receitas com variações monetárias e cambiais e das receitas não operacionais e *acrescido* das despesas financeiras, das despesas com variações monetárias e cambiais, das despesas não operacionais, bem como das despesas de depreciação e amortização.

(ii) O índice obtido da divisão entre EBITDA (conforme definido acima) pelas Despesas Financeiras Líquidas (conforme definido abaixo) não deverá ser inferior a 2 (dois).

Onde:

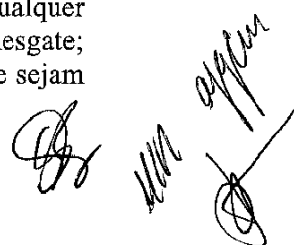
“Despesas Financeiras Líquidas” significam as despesas financeiras calculadas pelo regime de competência ao longo dos últimos 12 (doze) meses, excluídas as variações monetária e cambial que incidirem sobre a Dívida Líquida, deduzidas das receitas financeiras calculadas pelo regime de competência ao longo dos últimos 12 (doze) meses em bases consolidadas, excluídas as variações monetária e cambial que incidirem sobre as aplicações financeiras.

- (h) aprovação, pelos acionistas da Emissora, de liquidação, dissolução ou extinção da Emissora, ou a ocorrência de qualquer um desses eventos;
- (i) comprovação de inveracidade, insuficiência, incorreção ou inconsistência de qualquer declaração feita pela Emissora nesta Escritura de Emissão, no Contrato de Distribuição ou de qualquer informação constante do Prospecto Definitivo que afete de forma adversa e relevante as Debêntures;
- (j) mudança do objeto social da Emissora ou realização, pela Emissora, de negócio ou atividade não contemplado em seu objeto social, salvo quando autorizada pela Assembléia de Debenturistas;
- (k) distribuição de dividendos, juros sobre o capital próprio ou qualquer outra participação no lucro prevista no Estatuto da Emissora, se esta estiver em mora com as obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, ressalvado,



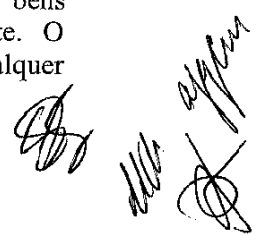
entretanto, o pagamento do dividendo mínimo obrigatório previsto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações e no artigo 29 do Estatuto Social da Emissora, conforme em vigor na Data de Emissão, salvo se a alteração do estatuto social resultar em um dividendo mínimo obrigatório inferior ao previsto no Estatuto Social da Emissora, conforme em vigor na Data de Emissão;

- (l) trânsito em julgado de uma ou mais sentenças, emissão de um ou mais laudos arbitrais definitivos ou execução de um ou mais mandados de penhora ou processos semelhantes contra a Emissora, qualquer controlada direta da Emissora, ou, ainda, em se tratando de qualquer controlada indireta da Emissora, quando afete ou possa afetar a capacidade da Emissora de cumprir com as obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, em qualquer caso que verse sobre o pagamento de valor superior a R\$15.000.000,00 (quinze milhões de reais) (atualizado anualmente, a partir da Data de Emissão, pela variação do IGPM/FGV) ou o seu equivalente em outras moedas, tomados separadamente ou em conjunto, salvo se os valores de tais sentenças, laudos arbitrais, mandados de penhora ou processos semelhantes (i) estiverem provisionados nas demonstrações financeiras da Emissora na Data de Emissão; ou (ii) forem objeto de depósito em juízo até a Data de Emissão;
- (m) transferência ou qualquer forma de cessão ou promessa de cessão a terceiros dos direitos e obrigações que respectivamente adquiriu e assumiu nesta Escritura de Emissão, sem a prévia anuência dos Debenturistas;
- (n) aprovação, pelos acionistas da Emissora, de qualquer operação de fusão, incorporação ou cisão envolvendo a Emissora, exceto (i) se previamente aprovado por Debenturistas titulares de, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação; ou (ii) se tiver sido assegurado aos Debenturistas que o desejarem, durante o prazo mínimo de 6 (seis) meses contados da data da publicação das atas das assembleias gerais relativas à operação ("Prazo de Manifestação do Debenturista Quanto ao Resgate"), o resgate das Debêntures de que forem titulares, mediante o pagamento do saldo do Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou a data do último pagamento da Remuneração, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento, pagamento este que deverá ocorrer no prazo de até 5 (cinco) dias contados da data da solicitação do Debenturista neste sentido, a qual poderá ser feita a qualquer tempo durante o Prazo de Manifestação do Debenturista Quanto ao Resgate; ou (iii) pela incorporação, pela Emissora, de quaisquer sociedades que sejam



controladas diretas da Emissora na data de assinatura desta Escritura de Emissão;

- (o) transferência ou alteração, direta ou indireta, do controle (conforme previsto no artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações) da Emissora, exceto se (i) previamente aprovado por Debenturistas titulares de, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação; ou (ii) tiver sido assegurado aos Debenturistas que o desejarem, durante o prazo mínimo de 30 (trinta) dias contados da data da publicação da transferência ou alteração do controle ("Prazo para Manifestação do Debenturista Quanto à Transferência ou Alteração do Controle"), o resgate das Debêntures de que forem titulares, mediante o pagamento, no prazo de até 5 (cinco) dias contados da data da solicitação do Debenturista neste sentido, que poderá ser feita a qualquer tempo durante o Prazo para Manifestação do Debenturista Quanto à Transferência ou Alteração do Controle, do saldo do Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou a data do último pagamento da Remuneração, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento. É permitida, todavia, a transferência ou alienação de ações para qualquer sociedade controlada direta ou indiretamente pela Sidenor Internacional S.L. e/ou pela Corporación Sidenor S.A., sem a prévia anuência dos Debenturistas; e
- (p) venda, cessão ou qualquer outro tipo de transferência, pela Emissora de bens do ativo permanente (incluindo imobilizado e investimentos) ou de participação em outras sociedades (incluindo direitos de subscrição e títulos ou valores mobiliários conversíveis em participação societária) cujo valor unitário ou agregado durante os 12 (doze) meses imediatamente anteriores seja igual ou superior a 10% (dez por cento) do ativo permanente da Emissora ou da participação em outras sociedades, conforme o caso, conforme verificado com base no último balanço ou balancete divulgado pela Emissora, imediatamente antes da operação, no caso de operação unitária, ou divulgado imediatamente antes do período de 12 (doze) meses anteriores à última operação, no caso de operações agregadas, sem a aplicação integral, no prazo de 90 (noventa) dias da data em que tais recursos se tornaram disponíveis à Emissora, dos recursos líquidos da venda, cessão ou transferência (i) no pagamento de dívidas de sua titularidade, excluídas as dívidas entre quaisquer das seguintes sociedades: a Emissora, qualquer controladora ou controlada, direta ou indireta, da Emissora, e quaisquer coligadas da Emissora; ou (ii) na aquisição, pela Emissora, de bens do ativo permanente, caso os bens vendidos, cedidos ou transferidos tenham sido bens do ativo permanente. O disposto nesta Cláusula 4.27.1(p) não se aplica à venda, cessão ou qualquer

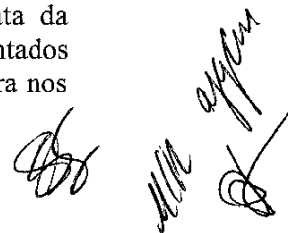


outro tipo de transferência da participação da Emissora (incluindo direitos de subscrição e títulos e valores mobiliários conversíveis em participação societária) (x) na Tecno-Logos Desenvolvimento Tecnológico S.A.; (y) em sociedades cujo propósito específico seja o desenvolvimento de projeto envolvendo a Tecnologia Tecnoled; ou (z) em sociedades cujo propósito específico e único ativo seja a participação em sociedades para desenvolvimento de projeto envolvendo a Tecnologia Tecnoled. Para os fins desta Cláusula 4.27.1(p), o termo “Tecnologia Tecnoled” significa a tecnologia de produção de ferro a partir de um processo de auto-redução de metais cujos direitos de propriedade intelectual pertencem à Tecno-Logos Desenvolvimento Tecnológico S.A. e/ou às suas sociedades controladas.

4.27.2. - A ocorrência de quaisquer dos eventos indicados nas alíneas (a), (b), (c), (d), (f), (h) e (n) acima acarretará o vencimento antecipado automático das Debêntures, independentemente de aviso ou notificação, judicial ou extrajudicial.

4.27.3. - Na ocorrência de qualquer dos demais eventos indicados nas demais alíneas da Cláusula 4.27.1. acima, que não sejam os mencionados na Cláusula 4.27.2. acima, o Agente Fiduciário deverá convocar, inclusive para os fins do disposto na alínea (a) da Cláusula 6.6. abaixo, em até 5 (cinco) dias úteis contados da data em que tomar conhecimento do evento, uma Assembléia de Debenturistas para deliberar sobre a declaração do vencimento antecipado das Debêntures, a realizar-se no prazo mínimo previsto em lei. Caso na referida Assembléia de Debenturistas, os Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação, decidirem por não considerar o vencimento antecipado das debêntures, o Agente Fiduciário não deverá declarar o vencimento antecipado das debêntures. Entretanto, caso os Debenturistas decidam considerar o evento como vencimento antecipado, ou em caso de não estabelecimento de Assembléia de Debenturistas por falta de quorum, o Agente Fiduciário deverá declarar o vencimento antecipado das Debêntures.

4.27.4. - Na ocorrência do vencimento antecipado das Debêntures, a Emissora obriga-se a efetuar o pagamento do saldo do Valor Nominal Unitário de todas as Debêntures, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou da última Data de Pagamento da Remuneração, conforme o caso, até a data do seu efetivo pagamento, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura de Emissão (e, no caso da alínea (d) da Cláusula 4.27.1. acima, quando se referir a qualquer pagamento relativos às Debêntures, dos Encargos Moratórios, calculados desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento), em até 5 (cinco) dias úteis contados de comunicação nesse sentido a ser enviada pelo Agente Fiduciário à Emissora nos

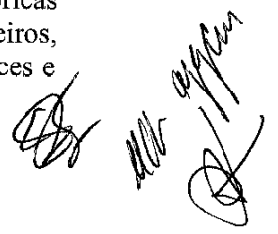


termos da Cláusula IX desta Escritura de Emissão, sob pena de, em não o fazendo, ficar obrigada, ainda, ao pagamento dos Encargos Moratórios.

CLÁUSULA V
OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA

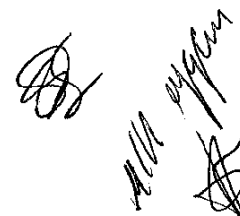
5.1. - A Emissora obriga-se adicionalmente a:

- (a) fornecer ao Agente Fiduciário:
 - (a.1) com a maior brevidade possível, qualquer informação que venha a lhe ser razoavelmente solicitada para a defesa dos interesses dos Debenturistas, observada a legislação aplicável e ressalvadas as informações de natureza estratégica e/ou confidencial para a Emissora;
 - (a.2) as informações veiculadas na forma prevista na Cláusula 4.25.1. acima, na mesma data em que forem publicadas;
 - (a.3) informação a respeito de qualquer dos eventos mencionados na Cláusula 4.27.1. acima, imediatamente após o seu conhecimento pela Emissora, sem prejuízo do Agente Fiduciário declarar antecipadamente vencidas as obrigações relativas às Debêntures, nos limites desta Escritura de Emissão;
 - (a.4) cópia de suas demonstrações financeiras anuais completas na mesma data em que tais demonstrativos forem entregues à CVM, acompanhadas de parecer dos auditores independentes, bem como das demonstrações financeiras trimestrais auditadas e/ou revisadas pelos auditores independentes, dentro de, no máximo, 45 (quarenta e cinco) dias após o término dos trimestres encerrados em 31 de março, 30 de junho e 30 de setembro de cada ano;
 - (a.5) dentro de, no máximo, 120 (cento e vinte) dias corridos do término de cada exercício social, no caso do cálculo dos índices quando do término de cada exercício social e dentro de, no máximo, 45 (quarenta e cinco) dias corridos do término de cada trimestre social, relatório revisado pelos auditores independentes, explicitando as rubricas necessárias à apuração dos Índices e Limites Financeiros, acompanhadas de relatório demonstrando a apuração de tais Índices e

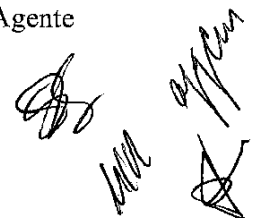


Limites Financeiros, bem como declaração do Diretor de Relações com Investidores atestando o cumprimento das obrigações constantes desta Escritura de Emissão;

- (a.6) cópia de suas informações periódicas e eventuais exigidas pela Instrução CVM n.º 202, de 6 de dezembro de 1993, conforme alterada (“Instrução CVM n.º 202/93”) (ou qualquer outra que vier a substituí-la), na mesma data em que forem entregues à CVM e, dentro de, no máximo, 45 (quarenta e cinco) dias após o término dos trimestres encerrados em 31 de março, 30 de junho e 30 de setembro de cada ano, cópia de suas Informações Trimestrais (ITRs) e, até 30 de abril de cada ano, cópia de suas Demonstrações Financeiras Padronizadas (DFPs), acompanhadas de parecer dos auditores independentes;
 - (a.7) avisos aos Debenturistas, fatos relevantes, alterações estatutárias ocorridas na Emissora, assim como atas de assembleias gerais, reuniões do conselho de administração e reuniões do conselho fiscal que envolvam o interesse dos Debenturistas, nos mesmos prazos previstos na Instrução CVM n.º 202/93 ou, se ali não previstos, no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da data em que forem (ou deveriam ter sido) publicados ou, se não forem publicados, da data em que forem realizados;
 - (a.8) informações sobre alterações de titularidade de ações, emitidas pela Emissora, dos acionistas signatários do acordo de acionistas da Emissora, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis contados da data do recebimento do relatório enviado pela instituição depositária das ações da Emissora; e
 - (a.9) qualquer informação que lhe venha a ser razoavelmente solicitada, no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da data da respectiva solicitação.
- (b) manter sempre atualizado o seu registro de companhia aberta perante a CVM e fornecer aos seus acionistas e Debenturistas as demonstrações financeiras elaboradas e aprovadas, previstas no artigo 176 da Lei das Sociedades por Ações, quando solicitado, observando as normas determinadas pela legislação e pela regulamentação da CVM;



- (c) convocar, nos termos da Cláusula VII abaixo, Assembléia de Debenturistas para deliberar sobre qualquer das matérias que, direta ou indiretamente, se relacione com a Emissão, caso o Agente Fiduciário não o faça, notificando imediatamente o Agente Fiduciário da convocação de Assembléia de Debenturistas;
- (d) cumprir todas as determinações da CVM, relacionadas com as Debêntures, inclusive mediante envio de documentos, e prestando, ainda, as informações que lhe forem solicitadas, devendo manter em adequado funcionamento um órgão de atendimento aos investidores na forma exigida pela CVM;
- (e) notificar imediatamente o Agente Fiduciário, observado, se for o caso, o disposto na Instrução CVM n.º 358, de 3 de janeiro de 2002, sobre qualquer alteração substancial na sua condição financeira, econômica, comercial, operacional ou societária ou nos seus negócios que (i) impossibilite ou dificulte de forma relevante o cumprimento de suas obrigações decorrentes desta Escritura de Emissão e das Debêntures; (ii) faça com que as suas demonstrações ou informações financeiras não mais reflitam a sua real condição financeira; ou (iii) implique no descumprimento, pela Emissora, de quaisquer termos e condições desta Escritura de Emissão;
- (f) cumprir, em todos os aspectos relevantes, as leis, regras, regulamentos, normas administrativas e ordens aplicáveis em qualquer jurisdição na qual realize negócios ou possua ativos, ressalvadas aquelas questionadas de boa-fé nas esferas administrativa e/ou judicial, com razoáveis fundamentos de direito;
- (g) preparar, em conjunto com o coordenador líder da distribuição pública das Debêntures, todos os documentos necessários à obtenção do registro da Emissão perante a CVM;
- (h) manter contratados, durante o prazo de vigência das Debêntures, às suas expensas, os prestadores de serviços inerentes às obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, incluindo o Banco Mandatário e Escriturador e o Agente Fiduciário, o SND, bem como agência de classificação de risco para as Debêntures da Emissão;
- (i) manter sua contabilidade atualizada e efetuar os respectivos registros de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e permitir ao Agente Fiduciário acesso:



- (i.1) a todo e qualquer relatório do auditor independente entregue à Emissora; e
 - (i.2) aos livros e aos demais registros contábeis da Emissora, quando deliberado pela Assembléia dos Debenturistas.
- (j) submeter, na forma da lei, suas demonstrações financeiras a exame por empresa de auditoria independente, registrada na CVM;
- (k) conduzir todas as operações com partes relacionadas de acordo com os padrões éticos que norteiam tais negócios;
- (l) comunicar imediatamente ao Agente Fiduciário qualquer alteração na classificação de risco concedida à Emissão, comprometendo-se a submeter anualmente a Emissão à revisão e avaliação pela agência de classificação de risco, durante todo o prazo de vigência das Debêntures, bem como divulgar ou permitir que a agência de classificação de risco divulgue seu relatório com a respectiva súmula de classificação de risco das Debêntures;
- (m) encaminhar à CVM relatórios e súmulas de classificação de risco das Debêntures que tenham sido preparados por agência de classificação de risco, nos termos da alínea (l) acima;
- (n) manter todas as licenças operacionais, ambientais, de funcionamento e demais licenças, em qualquer caso essenciais à consecução e desenvolvimento de seu objeto social, ressalvadas as obrigações questionadas de boa-fé nas esferas administrativa e/ou judicial;
- (o) manter em dia o pagamento de todas as obrigações de natureza tributária (municipal, estadual e federal), trabalhista, previdenciária e ambiental e quaisquer outras obrigações impostas por lei, comprovando ao Agente Fiduciário, por meio de documento hábil, sempre que exigido, o cumprimento destas obrigações, ressalvadas as obrigações questionadas de boa-fé nas esferas administrativa e/ou judicial;
- (p) estruturar e manter em adequado funcionamento um órgão de atendimento aos Debenturistas, tendo em vista assegurar o eficiente tratamento aos Debenturistas, ou contratar e manter contratada instituição financeira autorizada para prestar esse serviço;



- (q) manter todas as autorizações necessárias à assinatura desta Escritura de Emissão e ao cumprimento de todas as obrigações aqui previstas, sempre válidas, eficazes, em perfeita ordem e em pleno vigor;
- (r) manter sua programação financeira devidamente adequada, de forma a atender, integral e tempestivamente, todas as obrigações previstas nesta Escritura de Emissão; e
- (s) comparecer às assembléias de Debenturistas sempre que solicitada.

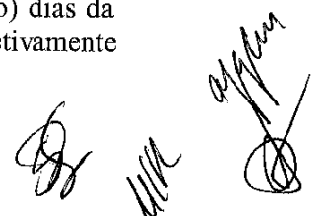
5.2. - A Emissora obriga-se a ressarcir o Agente Fiduciário de todas as despesas razoáveis que tenha comprovadamente incorrido para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas ou para realizar seus créditos, inclusive honorários advocatícios, e outras despesas e custos incorridos em virtude da cobrança de qualquer quantia devida aos Debenturistas nos termos desta Escritura de Emissão.

5.2.1. - As despesas a que se refere a Cláusula 5.2. acima compreenderão, entre outras, as seguintes:

- (a) publicação de relatórios, avisos e notificações conforme previsto nesta Escritura de Emissão, e outros que vierem a ser exigidas pela regulamentação aplicável;
- (b) extração de certidões;
- (c) despesas de viagem, quando necessárias, sendo que os valores relativos a essas despesas estarão limitados àqueles atribuídos pela Emissora aos seus próprios empregados, para suas viagens e hospedagens; e
- (d) eventuais levantamentos adicionais e especiais ou periciais que vierem a ser necessários, se ocorrerem omissões e/ou obscuridades nas informações pertinentes aos estritos interesses dos Debenturistas.

5.2.2. - O crédito do Agente Fiduciário, por despesas incorridas para proteger direitos e interesses ou realizar créditos dos Debenturistas, que não tenha sido saldado na forma das Cláusulas 5.2. e 5.2.1. acima, será acrescido à dívida da Emissora e preferirá às Debêntures na ordem de pagamento.

5.2.3. - O ressarcimento das despesas será efetuado em até 5 (cinco) dias da entrega à Emissora dos documentos comprobatórios das despesas efetivamente incorridas, necessárias à proteção dos direitos dos Debenturistas.

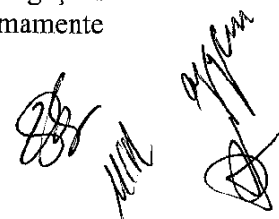


CLÁUSULA VI
AGENTE FIDUCIÁRIO

6.1. - A Emissora nomeia e constitui Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, acima qualificada, como agente fiduciário da Emissão, que, neste ato e na melhor forma de direito, aceita a nomeação para, nos termos da legislação e regulamentação aplicável e desta Escritura de Emissão, representar perante a Emissora os interesses da comunhão dos Debenturistas.

6.2. - O Agente Fiduciário dos Debenturistas, nomeado nesta Escritura de Emissão, declara:

- (a) aceitar a função para a qual foi nomeado, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstas na legislação e regulamentação aplicável e nesta Escritura de Emissão;
- (b) aceitar integralmente esta Escritura de Emissão, todas suas cláusulas e condições;
- (c) sob as penas da lei, não estar impedido, nos termos do artigo 66, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações e do artigo 10 da Instrução CVM n.º 28, de 23 de novembro de 1983, conforme alterada ("Instrução CVM n.º 28/83"), para exercer a função que lhe é conferida;
- (d) não ter qualquer ligação com a Emissora que o impeça de exercer plenamente suas funções;
- (e) que é uma instituição financeira devidamente organizada, constituída e existente de acordo com as leis brasileiras e que está ciente da regulamentação aplicável emanada do Banco Central do Brasil;
- (f) que está devidamente autorizado a celebrar esta Escritura de Emissão e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (g) que os representantes legais que assinam esta Escritura de Emissão têm poderes estatutários e/ou delegados para assumir, em seu nome, as obrigações ora estabelecidas e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor;



- (h) que a celebração desta Escritura de Emissão e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;
- (i) que esta Escritura de Emissão constitui obrigação legal, válida e vinculante do Agente Fiduciário, exequível de acordo com os seus termos e condições; e
- (j) ter verificado o limite de emissão previsto no artigo 60 da Lei das Sociedades por Ações.

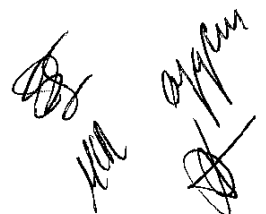
6.2.1 - O Agente Fiduciário obriga-se, de forma irrevogável e irretratável, a indenizar os Debenturistas por todos e quaisquer prejuízos, danos, perdas, custos e/ou despesas (incluindo custas judiciais e honorários advocatícios) incorridos e comprovados pelos Debenturistas em razão da inveracidade ou incorreção de quaisquer das suas declarações prestadas nos termos da Cláusula 6.2. acima.

6.2.2 Sem prejuízo do disposto na Cláusula 6.2.1. acima, o Agente Fiduciário compromete-se a notificar os Debenturistas, tão logo tenha conhecimento, caso quaisquer das declarações aqui prestadas mostrarem-se inverídicas ou incorretas na data em que foram prestadas.

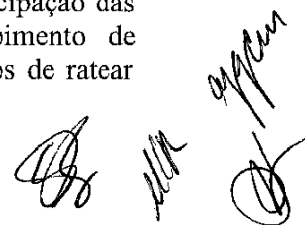
6.3. - O Agente Fiduciário exercerá suas funções a partir da data de assinatura desta Escritura de Emissão, devendo permanecer no exercício de suas funções até o vencimento final das Debêntures ou até sua efetiva substituição.

6.4. - Será devida pela Emissora ao Agente Fiduciário, a seguinte remuneração, a título de honorários pelos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da legislação e regulamentação aplicáveis e desta Escritura de Emissão:

- (a) parcelas trimestrais de R\$5.250,00 (cinco mil, duzentos e cinquenta reais), devidas a primeira no 5º (quinto) dia útil após a data da assinatura desta Escritura de Emissão, e as seguintes nos mesmo dias dos trimestres subseqüentes;
- (b) a remuneração devida ao Agente Fiduciário nos termos da alínea(a) acima será atualizadas anualmente com base na variação percentual acumulada do IGPM/FGV, calculado *pro rata die*, se necessário, ou, na falta deste, pelo índice que vier a substituí-lo;

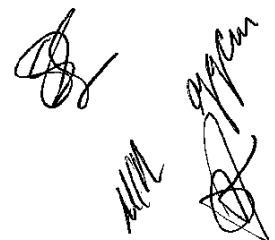


- (c) ao valor da remuneração serão acrescidos os tributos incidentes sobre os honorários (Contribuição Social Sobre Lucro Líquido – CSLL, Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS, contribuição para o Plano de Integração Social – PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – Cofins) às alíquotas vigentes na data dos respectivos pagamentos, bem como quaisquer outros que venham a incidir diretamente sobre a referida remuneração;
- (d) a remuneração prevista na alínea(a) acima será devida mesmo após o vencimento das Debêntures, caso o Agente Fiduciário ainda esteja atuando na cobrança de inadimplências referentes às Debêntures não sanadas pela Emissora;
- (e) no caso de inadimplemento da Emissora, todas as despesas razoáveis com procedimentos legais, inclusive as administrativas, em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas deverão ser previamente aprovadas e adiantadas pelos Debenturistas e, conforme previsto na legislação e regulamentação aplicáveis e nesta Escritura de Emissão, ressarcidas pela Emissora, observado o disposto na Cláusula 5.2.3. acima. Tais despesas a serem adiantadas pelos Debenturistas incluem também os gastos razoáveis com honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custas e taxas judiciais nas ações propostas pelo Agente Fiduciário ou decorrentes de ações contra ele intentadas no exercício de sua função, nos termos desta Escritura de Emissão. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas serão igualmente submetidas à aprovação e, se for o caso, suportadas pelos Debenturistas, bem como a remuneração e as despesas reembolsáveis do Agente Fiduciário, na hipótese de a Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento destas por um período superior a 30 (trinta) dias, podendo o Agente Fiduciário solicitar garantia prévia dos Debenturistas para cobertura do risco da sucumbência;
- (e.1) excluem-se das obrigações de antecipação de recursos estipuladas na alínea (e) da Cláusula 6.4. acima os Debenturistas impedidos por lei a fazê-lo, devendo os demais Debenturistas ratear as despesas relativas à sua participação no total das Debêntures em circulação, ficando desde já estipulado que haverá posterior reembolso aos Debenturistas que efetuaram o rateio em proporção superior à sua participação das Debêntures em circulação quando de eventual recebimento de recursos por aqueles Debenturistas que estavam impedidos de ratear



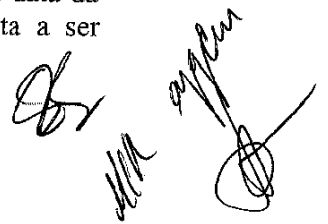
despesas relativas à sua participação no total das Debêntures em circulação; e

- (e.2) o crédito do Agente Fiduciário por despesas incorridas para proteger direitos e interesses ou realizar créditos dos Debenturistas que não tenha sido saldado na forma ora estabelecida será acrescido à dívida da Emissora e gozará das mesmas garantias das Debêntures, caso venham a ser constituídas, tendo preferência sobre estas na ordem de pagamento;
- (f) a remuneração do Agente Fiduciário compreende a elaboração de um relatório anual, na forma estipulada na Instrução CVM n.º 28/83, e de relatórios trimestrais, previstos na alínea (I) da Cláusula 6.5. abaixo;
- (g) não estão incluídas na remuneração as eventuais despesas relativas a viagens, estadias e publicações necessárias ao exercício das atribuições do Agente Fiduciário, durante ou após a fase de implantação do serviço. Essas despesas, se necessárias, deverão ser acordadas previamente com a Emissora;
- (h) a remuneração do Agente Fiduciário não inclui as despesas por este incorridas no exercício de suas funções e no cumprimento de seus deveres, que serão reembolsadas pela Emissora na forma das Cláusulas 5.2., 5.2.1. e 5.2.2. e 5.2.3. acima;
- (i) o Agente Fiduciário deverá enviar aviso de cobrança da remuneração à Emissora com antecedência mínima de 10 (dez) dias da data de cada pagamento, sendo que se a Emissora não receber referido aviso dentro do prazo acima, os pagamentos eventualmente efetuados com atraso, em razão do não recebimento, pela Emissora, de referido aviso, não estarão sujeitos a multas ou penalidades; e
- (j) em caso de mora no pagamento de qualquer quantia devida em decorrência desta remuneração, os débitos em atraso ficarão sujeitos a juros de mora na forma definida para as obrigações tratadas nesta Escritura de Emissão, exceto se o Agente Fiduciário não cumprir com sua obrigação referida na alínea (i) da Cláusula 6.4. acima.

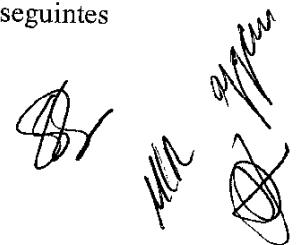


6.5. - São deveres do Agente Fiduciário, sem prejuízo de outros previstos na legislação e regulamentação aplicáveis:

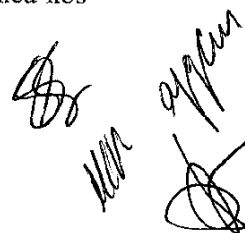
- (a) proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, empregando no exercício da função o cuidado e a diligência que todo homem ativo e probo costuma empregar na administração de seus próprios bens;
- (b) renunciar à função, na hipótese de superveniência de conflito de interesses ou de que qualquer outra modalidade de inaptidão;
- (c) conservar, em boa guarda, toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
- (d) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão, diligenciando no sentido de que sejam sanadas as omissões, falhas e defeitos de que tenha conhecimento;
- (e) promover nos órgãos competentes, caso a Emissora não o faça, a inscrição desta Escritura de Emissão e a averbação de seus respectivos aditamentos, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes. Neste caso, a Emissora deverá fornecer ao Agente Fiduciário as informações e documentos necessários à inscrição ou às averbações;
- (f) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os Debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
- (g) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das propostas de modificações nas condições das Debêntures;
- (h) solicitar, quando julgar necessário, para o fiel desempenho de suas funções, certidões atualizadas perante órgãos e entidades públicas e ofícios de registros públicos;
- (i) solicitar, quando considerar necessário, auditoria extraordinária na Emissora;
- (j) convocar, quando necessário, Assembléia de Debenturistas, mediante anúncio publicado, pelo menos três vezes, nos jornais indicados na Cláusula 4.25.1. acima, enviando à CETIP, à CVM e à Bovespa, na data da primeira publicação, cópia do edital de convocação e da proposta a ser submetida à Assembléia de Debenturistas;



- (k) comparecer à Assembléia de Debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;
- (l) elaborar relatório destinado aos Debenturistas, nos termos do artigo 68, parágrafo 1º, alínea(b), da Lei das Sociedades por Ações, o qual deverá conter, ao menos, as seguintes informações:
 - (1.1) eventual omissão ou inverdade de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Emissora;
 - (1.2) alterações estatutárias ocorridas no período;
 - (1.3) comentários sobre as demonstrações financeiras da Emissora, enfocando os indicadores econômicos, financeiros e de estrutura de capital da Emissora, principalmente os Índices e Limites Financeiros;
 - (1.4) posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;
 - (1.5) resgate, amortização e pagamento da Remuneração das Debêntures realizados no período;
 - (1.6) acompanhamento da destinação dos recursos captados por meio da Emissão, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora;
 - (1.7) relação dos bens e valores eventualmente entregues à sua administração;
 - (1.8) cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura de Emissão; e
 - (1.9) declaração sobre sua aptidão para continuar no exercício da função de Agente Fiduciário.
- (m) colocar o relatório de que trata a alínea(l) acima à disposição dos Debenturistas, até o dia 30 de abril de cada ano, ao menos nos seguintes locais:



- (m.1) na sede da Emissora;
 - (m.2) no seu escritório ou, quando instituição financeira, no local por esta indicado;
 - (m.3) na CVM;
 - (m.4) nas Bolsas de Valores e mercados de balcão organizado em que forem negociados os valores mobiliários da Emissora; e
 - (m.5) nas dependências da instituição financeira que liderar a colocação das Debêntures, conforme por esta indicado, na hipótese do prazo para a apresentação do relatório vencer antes do encerramento do prazo máximo da distribuição primária das Debêntures.
- (n) publicar, às expensas da Emissora, nos jornais indicados na Cláusula 4.25.1. acima, anúncios comunicando aos Debenturistas que os relatórios se encontra à disposição nos locais indicados na alínea (m) acima;
 - (o) manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, solicitação de informações à Emissora e ao Banco Mandatário e Escriturador;
 - (p) coordenar o sorteio das Debêntures a serem resgatadas ou amortizadas, se for o caso;
 - (q) fiscalizar o cumprimento das cláusulas desta Escritura de Emissão, especialmente daquelas que estabelecem obrigações de fazer e não fazer da Emissora; e
 - (r) notificar os Debenturistas, se possível individualmente, no prazo máximo de 10 (dez) dias da ocorrência do evento, de qualquer inadimplência, pela Emissora, de obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores informações. Comunicação de igual teor deverá ser enviada à CVM e às Bolsas de Valores ou mercado de balcão organizado em que forem negociados os valores mobiliários da Emissora. Caso não seja possível notificar individualmente os Debenturistas, o Agente Fiduciário fará publicar a comunicação de que trata esta alínea nos jornais e na forma indicada na Cláusula 4.25.1. acima.



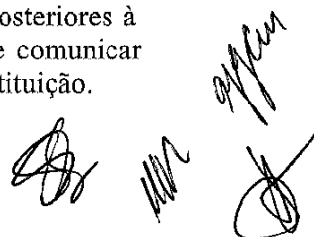
6.6. - Observado o disposto na Cláusula 4.27. acima, no caso de inadimplência da Emissora, o Agente Fiduciário adotará todas as medidas (judiciais ou extrajudiciais) para proteger direitos ou defender interesses da comunhão dos Debenturistas, devendo, para tanto:

- (a) declarar antecipadamente vencidas as Debêntures nas hipóteses permitidas nesta Escritura de Emissão e cobrar seu principal e acessórios, observadas as condições desta Escritura de Emissão;
- (b) requerer a falência da Emissora;
- (c) tomar todas as providências necessárias para a realização dos créditos dos Debenturistas; e
- (d) representar os Debenturistas em processo de falência, recuperação judicial, recuperação extrajudicial, liquidação, dissolução e/ou extinção da Emissora.

6.6.1. - Observado o disposto nas Cláusulas 4.27.2. e 4.27.3. acima, o Agente Fiduciário somente se eximirá de responsabilidade pela não-adoção das medidas contempladas nas alíneas (a), (b) e (c) da Cláusula 6.6. acima se, convocada a Assembléia de Debenturistas, esta assim o autorizar, por deliberação da totalidade das Debêntures em circulação. Na hipótese de que trata a alínea (d) da Cláusula 6.6. acima, será suficiente a deliberação por Debenturistas representando a maioria das Debêntures em circulação.

6.7. - Na hipótese de ausência, impedimento temporário, renúncia, liquidação, dissolução, extinção ou qualquer outro caso de vacância na função de Agente Fiduciário, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados do evento que a determinar, Assembléia de Debenturistas para a escolha do novo agente fiduciário, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora, por Debenturistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em circulação, ou pela CVM. Na hipótese de a convocação não ocorrer até 15 (quinze) dias antes do término do prazo acima citado, caberá à Emissora efetuar-la, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório, enquanto não se consumir o processo de escolha do novo agente fiduciário. A substituição não implicará remuneração ao novo agente fiduciário superior a ora avençada para o Agente Fiduciário.

6.7.1. - Na hipótese de o Agente Fiduciário, por circunstâncias posteriores à Emissão, ficar impedido de continuar a exercer a função, deverá este comunicar imediatamente o fato à Emissora e aos Debenturistas e solicitar sua substituição.



6.7.2. - É facultado aos Debenturistas, após o encerramento do prazo para a subscrição e integralização da totalidade das Debêntures, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu substituto, em Assembléia de Debenturistas especialmente convocada para esse fim, independentemente de anuência da Emissora.

6.7.3. - Caso ocorra a efetiva substituição do Agente Fiduciário, o substituto receberá a mesma remuneração recebida pelo Agente Fiduciário em todos os seus termos e condições, sendo que a primeira parcela de remuneração devida ao substituto será calculada *pro rata temporis*, a partir da data de início do exercício de sua função como agente fiduciário. Esta remuneração poderá ser alterada de comum acordo entre a Emissora e o agente fiduciário substituto, desde que previamente aprovada pela Assembléia de Debenturistas.

6.7.4. - Em qualquer hipótese, a substituição do Agente Fiduciário ficará sujeita a comunicação prévia à CVM e às normas aplicáveis.

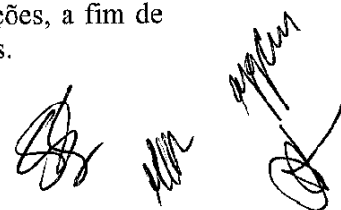
6.7.5. - A substituição do Agente Fiduciário, em caráter permanente, será objeto de aditamento a esta Escritura de Emissão, que deverá ser registrado na JUCESP, onde será registrada esta Escritura de Emissão.

6.7.6. - Em caso de renúncia do Agente Fiduciário, este deverá permanecer no exercício de suas funções até sua efetiva substituição.

6.7.7. - Fica estabelecido que, na hipótese de vir a ocorrer a substituição do Agente Fiduciário, este deverá repassar a parcela proporcional da remuneração inicialmente recebida sem a contrapartida do serviço prestado, calculada *pro rata temporis*, desde a data do último pagamento da remuneração prevista na Cláusula 6.4. acima até a data da efetiva substituição do Agente Fiduciário, ao agente fiduciário substituto, como forma de remuneração aos serviços a serem por ele prestados.

CLÁUSULA VII ASSEMBLÉIA DOS DEBENTURISTAS

7.1. - Os Debenturistas poderão, a qualquer tempo, reunir-se em Assembléia de Debenturistas, nos termos do artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações, a fim de deliberarem sobre matéria de interesse da comunhão dos Debenturistas.



7.2. - A Assembléia de Debenturistas poderá ser convocada pelo Agente Fiduciário, pela Emissora, por Debenturistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em circulação, e pela CVM.

7.3. - Aplica-se à Assembléia de Debenturistas, no que couber, o disposto na Lei das Sociedades por Ações para a assembléia geral de acionistas.

7.4. - A Assembléia de Debenturistas instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de Debenturistas que representem, no mínimo, metade das Debêntures em circulação e, em segunda convocação, com qualquer número.

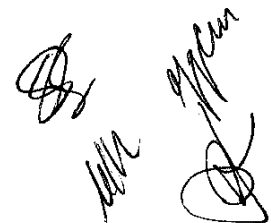
7.5. - A presidência da assembléia caberá ao Debenturista eleito pelos Debenturistas ou àquele que for designado pela CVM.

7.6. - Nas deliberações da Assembléia de Debenturistas, cada Debênture dará direito a um voto, admitida a constituição de mandatários, Debenturistas ou não. Observado o disposto na Cláusula 7.6.1. abaixo, as deliberações a serem tomadas em assembléia geral de Debenturistas dependerão de aprovação de Debenturistas que representem, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em circulação.

7.6.1 Não estão incluídos no quorum a que se refere a Cláusula 7.6. acima:

- (a) os quoruns expressamente previstos em lei ou em outras Cláusulas desta Escritura de Emissão; e
- (b) as alterações (i) dos quoruns previstos nesta Escritura de Emissão; (ii) da Remuneração, exceto pelo disposto nas Cláusulas 4.15.5. e 4.15.6. acima; (iii) de quaisquer datas de pagamento de valores previstos nesta Escritura de Emissão; ou (iv) da espécie das Debêntures, que deverão ser aprovadas por Debenturistas representando 100% (cem por cento) das Debêntures em circulação.

7.7. - Para os fins de apuração (i) do quorum de instalação em qualquer assembléia de Debenturistas, serão excluídas as Debêntures pertencentes, direta ou indiretamente, à Emissora, ou a qualquer controladora ou controlada, direta ou indireta, da Emissora, ou a qualquer coligada da Emissora, ou qualquer de seus diretores, conselheiros ou acionistas; e (ii) do quorum de deliberação em qualquer assembléia de Debenturistas, além do disposto no item (i), também serão excluídos os votos em branco.



7.8. - A Emissora obriga-se a comparecer às Assembléias de Debenturistas sempre que assim solicitada.

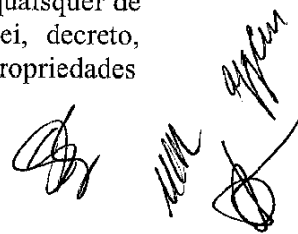
7.9. - O Agente Fiduciário deverá comparecer à Assembléia de Debenturistas e prestar aos Debenturistas as informações que lhe forem solicitadas.

7.10. - Ficarão impedidos de exercer seus direitos de voto os Debenturistas que, por qualquer motivo, se apresentem em situação de conflito de interesses relativo à matéria objeto de deliberação. O impedimento permanecerá em vigor durante todo o tempo em que vigorar o conflito.

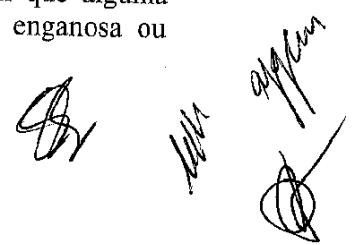
CLÁUSULA VIII DECLARAÇÕES E GARANTIAS DA EMISSORA

8.1. - A Emissora declara e garante aos Debenturistas e ao Agente Fiduciário, na data da assinatura desta Escritura de Emissão, que:

- (a) é uma sociedade devidamente organizada, constituída e existente sob a forma de companhia aberta, de acordo com as leis brasileiras;
- (b) está devidamente autorizada e obteve todas as licenças e autorizações necessárias à celebração desta Escritura de Emissão e os demais contratos relacionados à emissão das Debêntures e ao cumprimento de suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (c) os representantes legais da Emissora que assinam esta Escritura de Emissão têm poderes estatutários e/ou delegados para assumir, em seu nome, as obrigações ora estabelecidas e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor;
- (d) esta Escritura de Emissão constitui obrigação legal, válida, eficaz e vinculante da Emissora, exequível de acordo com os seus termos e condições;
- (e) a celebração desta Escritura de Emissão, a Emissão e a colocação das Debêntures não infringem ou contrariam (i) qualquer contrato ou documento do qual a Emissora ou suas controladas seja parte ou pelo qual quaisquer de seus bens e propriedades estejam vinculados; (ii) qualquer lei, decreto, regulamento a que a Emissora ou quaisquer de seus bens e propriedades

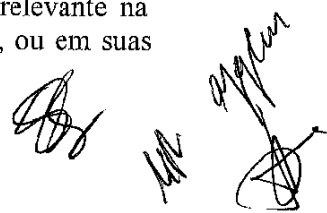


- estejam sujeitos; ou (iii) qualquer ordem, decisão ou sentença administrativa ou judicial que afete a Emissora ou quaisquer de seus bens e propriedades; (iv) nem irá resultar (iv.1) em vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em quaisquer contratos ou instrumentos de que a Emissora seja parte, (iv.2) criação de qualquer ônus ou gravame sobre qualquer ativo ou bem da Emissora, ou (iv.3) rescisão de quaisquer contratos ou instrumentos de que a Emissora seja parte;
- (f) os documentos e informações fornecidos aos Coordenadores e seus assessores legais durante o procedimento de *due diligence* da Emissora para a elaboração dos Prospectos são corretos e atualizados até a data em que foram fornecidos e incluem os documentos e informações relevantes para a tomada de decisão de investimento sobre a Emissora, de acordo com a lista de documentos apresentada e demais solicitações de documentos e informações efetuadas pelos Coordenadores e seus assessores legais durante referido procedimento de *due diligence*, tendo sido disponibilizadas, entre outras, (i) informações sobre todas as ações judiciais ou administrativas pendentes contra a Emissora e/ou controladas que, caso julgadas contrariamente, podem afetar negativamente e de forma relevante os seus resultados, e (ii) informações sobre todas as operações relevantes da Emissora e de suas controladas, bem como sobre os direitos e obrigações delas decorrentes, que tenham sido realizadas nos últimos 3 (três) anos;
- (g) os Prospectos (i) contêm todas as informações relevantes necessárias ao conhecimento, pelos investidores, da distribuição pública, das Debêntures, da Emissora e suas controladas, suas atividades, situação econômico-financeira, os riscos inerentes à sua atividade e quaisquer outras informações relevantes; (ii) contêm informações em relação à Emissora e suas controladas no contexto da Emissão que são verdadeiras, consistentes e suficientes para que os investidores e seus consultores tenham condições de fazer uma análise correta dos ativos, passivos, das responsabilidades da Emissora, de sua condição financeira, perspectivas e direitos em relação às Debêntures; (iii) contêm declarações, em relação à Emissora e suas controladas, que são verdadeiras, completas e corretas e não são enganosas ou inverídicas; (iv) contêm opiniões, análises e previsões (se houver) em relação à Emissora e suas controladas dadas de boa-fé, sendo expressas após serem consideradas todas as circunstâncias relevantes e com base em suposições razoáveis; (v) não omitem fatos relativos à Emissora e suas controladas ou relativos às Debêntures cuja omissão, no contexto da Emissão, faça com que alguma declaração relevante do Prospecto Definitivo seja incorreta, enganosa ou



inverídica; e (v) foram elaborados de acordo com as normas pertinentes, incluindo a Instrução CVM n.º 400/03 e o Código ANBID;

- (h) as demonstrações financeiras da Emissora incluídas nos Prospectos representam corretamente a condição financeira da Emissora nas respectivas datas e períodos, e foram devidamente elaboradas em conformidade com as práticas de contabilidade adotadas no Brasil, não tendo havido até a data de assinatura desta Escritura de Emissão, qualquer alteração relevante (exceto se expressamente mencionada nos Prospectos) nas informações financeiras e patrimoniais da Emissora refletidas nas demonstrações financeiras relativas a 30 de junho de 2005;
- (i) tem, e suas controladas têm, todas as autorizações e licenças relevantes exigidas pelas autoridades federais, estaduais e municipais para o exercício de suas atividades;
- (j) cumpre, e suas controladas cumprem, as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, que lhe são aplicáveis em qualquer jurisdição na qual realize negócios ou possua ativos, exceto aqueles que estão sendo contestados de boa-fé pelos meios legais ou administrativos apropriados;
- (k) está, e suas controladas estão, em dia com pagamento de todas as obrigações de natureza tributária (municipal, estadual e federal), trabalhista, previdenciária, ambiental e de quaisquer outras obrigações impostas por lei, exceto pelas obrigações que estão sendo questionadas de boa-fé nas esferas administrativa e/ou judicial;
- (l) exceto pelas contingências informadas nos Prospectos, na data de assinatura desta Escritura de Emissão não há nenhuma ação judicial, procedimento administrativo ou arbitral, inquérito ou outro tipo de investigação governamental relevante a respeito da Emissora ou de suas controladas;
- (m) ressalvadas as contingências informadas nos Prospectos, inexistem, em seu melhor conhecimento, (i) descumprimento de qualquer disposição contratual, legal ou de qualquer outra ordem judicial, administrativa ou arbitral; ou (ii) qualquer ação judicial, procedimento judicial ou extrajudicial, processo administrativo ou arbitral ou inquérito ou qualquer outro tipo de investigação governamental, em qualquer dos casos desta alínea dos quais a Emissora tenha conhecimento, que possa vir a causar impacto adverso relevante na Emissora, ou nas suas controladas, em sua condição financeira, ou em suas



atividades; ou anulação, alteração, invalidação, questionamento ou de qualquer forma afetar esta Escritura de Emissão;

- (n) não há, nesta data, (i) quaisquer títulos de sua emissão ou contra si sacados, que tenham sido apresentados para protesto ou que tenham sido protestados, de valor unitário e/ou agregado igual ou superior a R\$15.000.000,00 (quinze milhões de reais) (ou seu contravalor em outras moedas), excetuados os que, apresentados para protesto, tenham sido objeto de pedido de sustação de protesto seguido, conforme o caso, da respectiva ação principal, propostos de boa-fé; ou (ii) dívida vencida e não paga de sua responsabilidade, de valor unitário ou agregado igual ou superior a R\$15.000.000,00 (quinze milhões de reais) (ou seu contravalor em outras moedas) ou a sua constituição em mora por atraso no pagamento de obrigações de mesmo valor, ou cujo montante possa, de qualquer forma, vir a prejudicar o cumprimento de suas obrigações decorrentes desta Escritura de Emissão; e
- (o) é responsável pela veracidade, consistência, qualidade e suficiência das informações prestadas por ocasião do registro da Emissão na CVM e fornecidas ao mercado durante a distribuição (inclusive através dos Prospectos).

8.2. - A Emissora obriga-se, de forma irrevogável e irretratável, a indenizar os Debenturistas e o Agente Fiduciário por todos e quaisquer prejuízos, danos, perdas, custos e/ou despesas (incluindo custas judiciais e honorários advocatícios) incorridos e comprovados pelos Debenturistas e pelo Agente Fiduciário em razão da inveracidade ou incorreção de quaisquer das suas declarações prestadas nos termos da Cláusula 8.1. acima.

8.3. - Sem prejuízo do disposto na Cláusula 8.2. acima, a Emissora compromete-se a notificar imediatamente os Debenturistas e o Agente Fiduciário caso quaisquer das declarações aqui prestadas mostrarem-se inverídicas ou incorretas na data em que foram prestadas.

CLÁUSULA IX COMUNICAÇÕES

9.1. - Todos os documentos e as comunicações a serem enviados por qualquer das Partes, nos termos desta Escritura de Emissão, deverão ser encaminhados para os seguintes endereços:



Para a Emissora:

Aços Villares S.A.
Avenida Maria Coelho de Aguiar, 215, Bloco A, 5º andar,
05804-900 São Paulo, SP
Tel: (11) 3748-9369/3748-9280
Fax: (11) 3748-9320
At.: Sr. Alexandre José Guerra de Castro Monteiro
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Para o Agente Fiduciário:

Pentágono S.A. DTVM
Avenida das Américas, 4200, Bloco 4, sala 514
22640-102 Rio de Janeiro, RJ
Tel.: (21) 3385-4565
Fax: (21) 3385-4046
At.: Sr. Mauricio da Costa Ribeiro

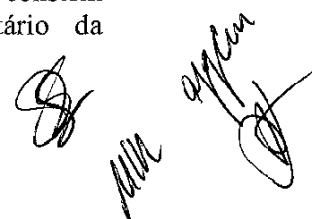
Para a instituição líder da distribuição pública das Debêntures:

Unibanco – União de Bancos Brasileiros S.A.
Avenida Eusébio Matoso, 891, 19º andar
054123-180 São Paulo, SP
Tel.: (11) 3097-4032
Fax: (11) 3813-2675
At.: Sr. Marcelo Fanganiello / Sr. Rogério Assaf

Para a CETIP:

Câmara de Custódia e Liquidação – CETIP
Rua Líbero Badaró 425, 24º andar
01009-000 São Paulo, SP
Tel.: (11) 3111-1596
Fax: (11) 3111-1564
At.: Área de Valores Mobiliários

9.2. - Os documentos e as comunicações serão considerados entregues quando recebidos, conforme o caso, sob protocolo ou com “aviso de recebimento” expedido pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos ou por telegrama nos endereços acima. As comunicações efetuadas por fac-símile serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado através de indicativo expedido pelo equipamento utilizado na transmissão e que do mesmo constem informações suficientes à identificação do emissor e do destinatário da comunicação.



9.3. - Os originais dos documentos enviados por fac-símile deverão ser encaminhados para os endereços mencionados na Cláusula 9.1. acima em até 2 (dois) dias úteis após o envio da mensagem.

CLÁUSULA X DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1. - Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes desta Escritura de Emissão. Desta forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito ou faculdade que caiba ao Agente Fiduciário e/ou aos Debenturistas em razão de qualquer inadimplemento das obrigações da Emissora, prejudicará tais direitos ou faculdades ou constituirá uma renúncia aos mesmos ou concordância com tal inadimplemento, nem constituirá novação ou modificação de quaisquer obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura de Emissão ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

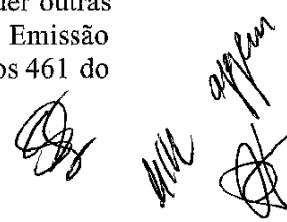
10.2. - Esta Escritura de Emissão é firmada em caráter irrevogável e irretratável, obrigando as Partes e seus sucessores a qualquer título.

10.3. - Caso qualquer das disposições desta Escritura de Emissão venha a ser julgada inválida ou ineficaz, prevalecerão todas as demais disposições não afetadas por tal julgamento, comprometendo-se as Partes, em boa-fé, a substituir a disposição afetada por outra que, na medida do possível, produza o mesmo efeito.

10.4. - Esta Escritura de Emissão constitui o único e integral negócio entre as Partes, com relação ao negócio nela previsto, substituindo e superando, totalmente, todos e quaisquer outros documentos, memorandos, propostas, cartas e ou semelhantes, assinados antes da data de sua assinatura.

10.5. - As Partes declaram, mútua e expressamente, que esta Escritura de Emissão foi celebrada respeitando-se os princípios de probidade e de boa-fé, por livre, consciente e firme manifestação de vontade das Partes e em perfeita relação de equidade.

10.6. - Esta Escritura de Emissão e as Debêntures constituem títulos executivos extrajudiciais nos termos dos incisos I e II do artigo 585 do Código de Processo Civil, reconhecendo as partes desde já que, independentemente de quaisquer outras medidas cabíveis, as obrigações assumidas nos termos desta Escritura de Emissão comportam execução específica, submetendo-se às disposições dos artigos 461 do



Código de Processo Civil, sem prejuízo do direito de declarar o vencimento antecipado das Debêntures nos termos desta Escritura de Emissão.

10.7. - Fica eleito o foro da Comarca de São Paulo, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões porventura oriundas desta Escritura de Emissão.

E por estarem assim justas e contratadas, firmam, nas páginas seguintes, esta Escritura de Emissão em 4 (quatro) vias de igual teor e forma e para o mesmo fim, juntamente com as 2 (duas) testemunhas abaixo.

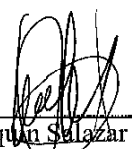
São Paulo, 27 de setembro de 2005.

(As assinaturas seguem nas 3 (três) páginas seguintes.)

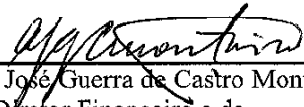


PRIMEIRO ADITAMENTO À ESCRITURA DA 7ª EMISSÃO PÚBLICA DE
DEBÊNTURES NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES DA ESPÉCIE
QUIROGRAFÁRIA DE AÇOS VILLARES S.A. – PÁGINA DE
ASSINATURAS 1/3.

AÇOS VILLARES S.A



José Joaquim Salazar Parternain
Diretor Presidente

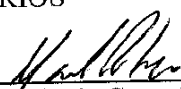


Alexandre José Guerra de Castro Monteiro
Diretor Financeiro e de
Relações com Investidores




PRIMEIRO ADITAMENTO À ESCRITURA DA 7ª EMISSÃO PÚBLICA DE
DEBÊNTURES NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES DA ESPÉCIE
QUIROGRAFÁRIA DE AÇOS VILLARES S.A. - PÁGINA DE
ASSINATURAS 2/3.

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES
MOBILIÁRIOS


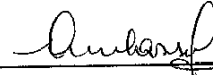


Marcelo da Costa Ribeiro
Procurador




PRIMEIRO ADITAMENTO À ESCRITURA DA 7ª EMISSÃO PÚBLICA DE
DEBÊNTURES NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES DA ESPÉCIE
QUIROGRAFÁRIA DE AÇOS VILLARES S.A. - PÁGINA DE
ASSINATURAS 3/3.

TESTEMUNHAS:

	
Nome: RUBIA ROGER HASSELMANN	Nome: FERNANDA LAGO
RG: 30.774.268-X	RG: 29.017.888-1

